

Dívida poderá alterar viagens do Presidente

BRASÍLIA — A agenda de viagens internacionais do Presidente José Sarney está temporariamente suspensa, na dependência do desenrolar das negociações sobre a dívida externa. Pelo menos uma viagem já foi descartada pelo Palácio do Planalto: a que Sarney faria à Alemanha Federal, entre os dias 18 e 20 de maio.

Nos primeiros três meses após a suspensão do pagamento dos juros da dívida — embora a medida tenha sido adotada por tempo inteterminado — o Presidente Sarney não pretende se ausentar do País, a não ser que nesse período haja uma resposta mais favorável por parte dos credores, o que não vem ocorrendo.

A viagem à Alemanha, por exemplo, poderia ser ampliada com uma visita a outro país, provavelmente a Índia, o que exigiria um afastamento de pelo menos 15 dias, prazo considerado longo diante da atual conjuntura política e econômica.

Na agenda preparada pelo Itamaraty, estão previstas viagens à Bélgica, França, China e União Soviética. Agora, porém, a ida de Sarney a esses dois últimos países, no decorrer deste ano, está sendo considerada praticamente fora de cogitação.

Mas o Presidente José Sarney poderá compatibilizar este roteiro com as dificuldades econômicas que o Brasil vive, privilegiando países como a Alemanha, um de nossos maiores credores, ou a Bélgica, cuja capital, Bruxelas, é a sede da Comunidade Econômica Européia. Essas viagens poderiam trazer dividendos econômicos ao País e o Presidente Sarney está estudando o assunto com seus assessores no Palácio do Planalto e no Itamaraty.

Além da complexidade da situação econômica, Sarney enfrenta outra dificuldade, de caráter político. A indefinição da Assembléia Nacional Constituinte — não apenas quanto ao seu funcionamento, mas também quanto à real dimensão das forças que apóiam o Governo — pode colocar em risco a aprovação dos pedidos de licença para que o Presidente se ausente do país. O Planalto não gostaria que se repetisse o episódio do ano passado, quando a licença para que Sarney fosse aos Estados Unidos foi aprovada praticamente às vésperas da viagem. Um pedido de licença, dependendo das relações entre o Executivo e o Legislativo, pode facilmente se converter em instrumento de barganha, se o Planalto não estiver absolutamente seguro de sua maioria.